

# Representação está difícil

“O Distrito Federal é uma unidade com delineamento político e administrativo especialíssimo” e “nenhuma nova razão foi apresentada, que pudesse justificar a criação de um poder legislativo para o DF”. A afirmativa consta no parecer do vice-líder da Arena no Senado, Murilo Badaró, rejeitando as emendas que deliberam sobre a representação política para Brasília. O relatório em questão será apreciado e votado pela Comissão Mista do Congresso, que se reunirá hoje, às 17 horas.

Segundo Badaró, “a experiência administrativa e política da nova capital”... “deve seguir segundo as normas anteriormente traçadas, nada impedindo que, com o decorrer dos anos, a própria lei que regulamenta e disciplina administrativamente o DF possibilite o surgimento da entidade que o represente, sem a característica de poder legislativo”. Este órgão, semelhante a um Conselho Comunitário, estaria ligado ao Governo do DF, “como efetivo órgão de cooperação comunitária”. No seu entender, a cidade, na condição de capital federal, não comporta um processo político-eleitoral e não deve ser suscetível de pressões.

Murilo Badaró, com o auxílio de sua assessoria, elaborou um parecer citando as opiniões do deputado João Clímaco quando este relatou as propostas nº 26 e 27 de 1976 instituindo representantes do DF no Congresso. Entre as informações de Clímaco, que Badaró endossou, há a justificativa de que a solução proposta não encontra analogia em nenhum texto constitucional anterior. Nunca o DF teve deputados estaduais, ou seja, uma Assembléia Legislativa autônoma, e que a condição de capital neutra integra as “exceções de interesse político ou administrativo, à regra geral da representatividade. Tais conveniências é que ditam a especial marginalização de 200 mil eleitores no DF”.

Entretanto, após afirmar que os eleitores brasilienses se encontram marginalizados do processo político, o deputado Clímaco se contradiz quando argumenta que “o fato do eleitor brasiliense não votar não significa alheamento à política, desde que pode opinar livremente, por meio dos órgãos de comunicação, ou qualquer pleito” e chega a justificar que “ele interfere como funcionário, na administração federal local, e participa ativamente de política, em termos de maior eficiência que qualquer eleitor”.

Ao que parece, se nenhuma nova argumentação foi apresentada, conforme justificou o senador Murilo Badaró, também nenhuma nova justificativa foi dada para vetá-la. O veto chegou a ser justificado com pareceres anteriores, pois conforme disse o próprio Badaró, “este é um problema cíclico,” cujo debate é suscitado, “sempre sob as mais nobres invocações, traduzidas ao embalo de pressões, que o próprio desenvolvimento da Capital produz.”

O deputado Albérico Cordero pediu ao relator, a desanexação da sua emenda-propondo uma Comissão do DF na Câmara. Apesar do Senado ter fechado a questão contra a aprovação da sua proposta Badaró levou o problema ontem à reunião da bancada.